

FÓRUM DE LISBOA

Desafios que envolvem a IA

Tema domina o segundo dia do evento. Relator de projeto no Senado diz que texto será discutido na Casa a partir da semana que vem

» DENISE ROTHENBURG
» MARIANA NIEDERAUER
Enviadas especiais

Lisboa — A inteligência artificial, o que vem pela frente em termos de mudança no dia a dia das pessoas e o que precisa ser feito na nova legislação sobre o tema dominaram as discussões do segundo dia no Fórum de Lisboa. De saúde a instrumentos necessários à investigação criminal, passando pelo debate sobre mídia, nada deixou de fora a IA.

O senador Eduardo Gomes (PL-TO) — relator da regulamentação da IA no Brasil e participante da última rodada de debates do dia — foi incisivo ao dizer que o Projeto de Lei nº 2.338/2023 está pronto para ser votado e será discutido na Casa a partir da semana que vem, de forma a aproveitar o período antes do recesso parlamentar.

“Estamos chegando ao fim dos debates no Senado sobre esse assunto e a leitura final do relatório. Temos a pretensão de colocar para votação na última semana do semestre (legislativo) e enviar para a Câmara dos Deputados”, afirmou.

Um consenso entre os entusiastas do tema, inclusive o presidente do Supremo Tribunal Federal, Luís Roberto Barroso, que abriu o último painel do dia quando já passava das 18h30, é o de que qualquer que seja a regulamentação agora terá que ser atualizada mais à frente. “A inteligência artificial precisa garantir o bem, a justiça e a dignidade humana”, frisou Barroso ao defender a regulamentação.

O relator, porém, lembrou que o que vier agora será a base para o futuro e não um texto definitivo. “Precisamos ter coragem para regular e buscar um caminho de ter uma IA minimamente regulada e atenta às mudanças”, disse.

O parlamentar destacou também a importância da Justiça trabalhista no contexto das novas relações de trabalho impulsionadas pela IA. “Nós precisamos regular a inteligência artificial no nosso país de forma urgente. Nas impressões que tive, a mais preocupante é com as relações de trabalho. Acho que a Justiça e o Ministério do Trabalho vão ter atuação importantíssima, porque nós vamos mudar as relações de trabalho no mundo”, lembrou Gomes.

Embora essa nova tecnologia traga inúmeros benefícios

Mariana Niederauer/CB/DAPress



Segundo o ministro Luís Roberto Barroso, qualquer que seja a regulamentação da IA agora terá que ser atualizada mais à frente



A inteligência artificial precisa garantir o bem, a justiça e a dignidade humana”

Luís Roberto Barroso,
presidente do STF



O mundo se tornou rápido e se fundiu. Não estamos mais simplesmente interconectados. Estamos fundidos. A interdependência é, agora, uma condição”

Thomas Friedman, autor do bestseller *The world is flat*

nas mais diversas áreas, os riscos sobre sua utilização é algo que a legislação pretende evitar. “Há um grande amadurecimento nesse tema. Ninguém mais discute que é preciso regular, a discussão agora é como regular”, comentou a professora Laura Schertel Mendes, que se dedica a estudar o tema.

O futuro

O segundo dia do fórum começou com uma reflexão profunda sobre globalização, novas conjunturas geopolíticas e a ascensão de uma era tecnológica que evoluiu com rapidez sem precedentes. O autor do bestseller *The world is flat* (A terra é plana, em tradução livre), Thomas Friedman, foi o convidado especial, em painel mediado pelo sócio sênior do BTG Pactual, Andrés Esteves, e pelo ministro Gilmar Mendes, do Supremo Tribunal Federal (STF).

Friedman, que é colunista de relações exteriores do New York Times e vencedor de três prêmios Pulitzer, explicou que lança um olhar tridimensional

sobre a sociedade e que percebe a entrada em um momento que classifica como Prometeus — deus da mitologia grega castigado por Zeus por ter roubado o fogo no Monte Olimpo para entregar à humanidade para construir a civilização.

No passado, a invenção da imprensa, com o advento da primeira máquina de tipos móveis, foi um desses momentos, assim como a revolução científica e a revolução industrial. São momentos em que se introduzem, portanto, novas tecnologias ou novos conjuntos de ideias, forçando a humanidade a mudar tudo: o modo de governar, de fazer negócios, de combater o crime e as guerras.

“O mundo se tornou rápido e se fundiu. Não estamos mais simplesmente interconectados. Estamos fundidos. A interdependência é, agora, uma condição”, destacou. De forma irônica, o escritor exemplificou a complexidade da situação em que a humanidade se encontra: “Amigos, ou vamos nos erigir juntos ou vamos cair juntos. Mas, baby, o que quer que façamos, faremos juntos”.

» Programação

Hoje é o último dia do Fórum de Lisboa, que está na 12ª edição e é realizado pelo Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa (IDP); o Lisbon Public Law Research Centre (LPL) da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa; e o Centro de Inovação, Administração e Pesquisa do Judiciário da Fundação Getúlio Vargas (FGV Justiça). O tema escolhido para este ano é Avanços e recuos da globalização e as novas fronteiras: transformações jurídicas, políticas, econômicas, socioambientais e digitais. Ministros de Estado, do Judiciário, parlamentares e especialistas participam de 50 painéis. O ministro Alexandre de Moraes é aguardado nesta sexta-feira.

Militares e democracia

Lisboa — “A beleza da democracia é justamente a pluralidade de ideias.” Foi assim que o senador Jaques Wagner (PT-BA) iniciou a fala no painel As Forças Armadas na democracia, momento em que o Fórum de Lisboa conseguiu o feito de reunir três ex-ministros da Defesa.

Ao lado de Nelson Jobim e de Raul Jungmann, diretor-presidente do Instituto Brasileiro de Mineração (Ibram), Wagner disse que golpistas conspiraram contra o Estado de Direito. “O movimento do 8 de janeiro por muito pouco não coloca o Brasil nas trevas”, afirmou. “A sorte é que para cada militar golpista tínhamos centenas de seus deveres.”

Na sequência, Jungmann destacou que a definição contida na Constituição sobre o papel das Forças Armadas — de garantia dos Poderes constitucionais e defesa da lei e da ordem — não ajuda a encontrar um caminho para esclarecer as funções das forças militares.

O fato de a estratégia nacional de defesa estar desatualizada — o último texto é de 2012 —, segundo ele, fortalece a percepção de que as Forças Armadas funcionam como poder moderador. “Guerra e paz são atribuições do Congresso Nacional, porque fazer a guerra e a paz envolve todos os brasileiros”, esclareceu.

Nelson Jobim, primeiro ministro da Defesa do Brasil, explicou todo o processo de criação da pasta e as negociações para colocar um civil no comando, de forma a afastar ainda mais o fantasma da ditadura.

Na avaliação dele, os atos golpistas de 2023, não passam de uma demonstração de decepção com a falta de engajamento dos militares com o projeto golpista. “Eu leio aquela bagunça do 8/1 como a exteriorização de uma decepção porque as Forças Armadas não deram o golpe”, sustentou.

A percepção foi corroborada pelo ex-senador e advogado Jorge Bornhausen: “Eu diria que hoje as Forças Armadas Brasileiras não trazem qualquer perigo à democracia, pelo contrário. Nós temos que pensar e agir numa ação coordenada deste país contra o crime organizado”, enfatizou. (MN e DR)

Celina prega diálogo entre lideranças

Mariana Niederauer/CB/DAPress

Lisboa — Do alto de quem, em 8 de janeiro de 2023, estava no Palácio da Justiça discutindo com os seus opositores como conter os extremistas golpistas, a vice-governadora do Distrito Federal, Celina Leão (PP), aproveitou sua participação no XII Fórum de Lisboa para criticar a falta de diálogo das lideranças do país.

“O Brasil precisa recuperar a capacidade de sentar às mesas. Estamos aqui, eu e minha querida amiga (senadora) Eliziane Gama (PSD-MA), que temos ideologias totalmente diferentes, mas com facilidade, com respeito, com educação. Ela não vai me fazer mudar o que eu penso nem eu vou fazê-la mudar, mas o Brasil precisa de pessoas que pensam diferente e sentam à mesma mesa e compactuam coisas pela nação”, defendeu, em apresentação no painel Judicialização da política. “No governo passado, éramos maioria. Neste governo, é a esquerda que venceu, e isso tem que ser respeitado.”

Celina, a primeira a falar, reforçou a importância da real separação dos Poderes. “Há de se falar que no Brasil se recorre à Justiça quase que diariamente. E isso causa ao Poder Judiciário um peso, um conflito enorme, pois precisa pautar e discutir aquilo que sai sem consenso do Parlamento”, avaliou Celina, no painel mediado pelo ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ) Humberto Martins.



A vice-governadora do DF, Celina Leão: “O Brasil precisa recuperar a capacidade de sentar às mesas”

Ela lembrou que, às vezes, o Congresso decide não tratando de um assunto. “Em termos de política, às vezes, o não decidir é uma decisão, e isso deve ser respeitado”, afirmou. A vice-governadora destacou que segue um ditado do ministro aposentado do STF Carlos Ayres Britto: salve a rainha ou salve-se quem puder. “A rainha é nossa Constituição”, definiu.

O que Celina mencionou como parte de sua vivência

enquanto deputada federal até 2022, o vice-presidente da Câmara, Marcus Pereira (Republicanos), que pretende concorrer ao comando da Casa, apresentou como trecho de sua tese de mestrado em ciência política. Ele mostrou que, desde 1995 até abril de 2023, foram propostas 7.311 ações de controle constitucional e, dessas, 23% foram apresentadas por partidos políticos. Daí a conclusão de que há

mais uma politização da Justiça do que uma judicialização.

O ex-procurador-geral da República Augusto Aras, que também compôs a mesa, subiu o tom ao dizer que a politização do Judiciário é um problema maior do que a judicialização da política: “Ninguém vai impedir que se recorra, mas é preciso que se respeite a competência do Legislativo de aprovar e do Executivo e vetar”, frisou. (DR e MN)

O papel da mídia

Mariana Niederauer/CB/D.A Press



A colunista de Política do Correio Braziliense Denise Rothenburg (C) participou do painel O papel da mídia contemporânea na era digital. A jornalista classificou o período que vivemos de pós-verdade, que emergiu com as redes sociais e as múltiplas fontes de geração de conteúdo, antes restritas a jornais e revistas, rádio e televisão. Ela ressaltou que a liberdade de expressão precisa ser preservada, mas “não pode ser usada como licença para matar”. “Nós temos uma questão importante neste tempo pós-verdade: os jornalistas e as pessoas interessadas em se informar com a verdade precisam de ambientes seguros na internet. Agora, o nosso grande desafio é como levar o jornalismo de credibilidade para as pessoas”, destacou. Também participaram do painel Leonete Botelho, repórter do Público; Gaspard Estrada, diretor-executivo do Observatório Político da América Latina e Caribe da Sciences Po; Luísa Meireles, diretora de Informação da Agência Lusa; e Miguel Matos, presidente do Conselho de Comunicação do Congresso Nacional. Monique de Siqueira Carvalho, professora do IDP, foi a mediadora.